

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Mateus Martins Viudes¹
André Cristovão Sousa²
Evanira Francisca Lara Narciso³
Elisangela da Hora Mendonça⁴
Luciano Roberto da Silva Leal⁵
Cristiane Vieira dos Santos Fürst⁶
Winston Magno de Sousa⁷
Maria Silvia Almeida de Souza França⁸
Moniele de Fátima Diniz⁹
Ailson Caetano¹⁰

RESUMO: O presente artigo de teor teórico bibliográfico, tem como objetivo central analisar as representações sociais sobre deficiência e suas influências na construção da educação especial no contexto brasileiro. O texto foi tem como objetivo central identificar e analisar os principais marcos históricos relacionados ao tema, desde a antiguidade até os dias atuais, bem como compreender as mudanças e evoluções no pensamento e nas abordagens sobre o tema ao longo do tempo. A pesquisa analisou 7 artigos científicos no Google acadêmico, entre o período de 2004 a 2024.

Palavras-chave: Diversidade. Escola. Inclusão. História. Sociedade.

¹Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente no Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Câmpus Pitanga. Especialista em Educação Especial e Inclusiva com ênfase em Deficiência Múltipla pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI).

² Doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo (FEUC).

³Intérprete de Libras no Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Câmpus Pitanga-PR. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Uniasselvi. Cursando Especialização em Libras, na Faculdade (UNINA) - Pitanga-PR.

⁴Especialista em Educação Especial pela (UNIBF). Licenciada em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Única.(UNIÚNICA)

⁵Doutorando e Mestre em Engenharia da Computação pela Universidade de Pernambuco (UPE). Professor no Instituto Federal Baiano (IF Baiano) - Câmpus Senhor do Bonfim.

⁶Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal Catarinense (IFC) - Campus Blumenau. Docente no Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Câmpus Pitanga.

⁷Especialista em História da Arte pela Universidade Estácio (UNESA). Especialista em Educação Especial e Inclusiva pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e Especialista em Cinema e Vídeo (Faculdade de Artes do Paraná - Campus II Unespar). Professor de Arte na Educação Básica.

⁸ Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Projetos Educacionais de Ciências pela (EEL-USP) Escola de Engenharia de Lorena da Universidade de São Paulo. Especialização em Psicopedagogia e Educação Inclusiva pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Docente do Ensino Superior na Faculdade de Tecnologia de SP - FATEC - Pindamonhangaba. Coordenadora de Gestão Pedagógica da Educação Básica.

⁹Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica - (IFES). Mestra em Administração - (UFMG). Professora EBTT de Administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - (IFRN), Campus Lajes.

¹⁰ Especialista em Educação Especial; Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo; Transtorno Global de Desenvolvimento e Transtorno do Espectro Autista; Neuropsicopedagogia; Psicomotricidade ambas pela Faculdade (UNINA), Especialista em Docência no Ensino Superior; Administração Supervisão e Orientação; Educação Infantil e Séries Iniciais ambas pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci - (UNIASSELVI). Professor de Educação Especial - APAE - Pitanga-PR

INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma área de estudo que vem ganhando cada vez mais relevância na sociedade, especialmente diante das discussões sobre inclusão e direitos das pessoas com deficiência. No Brasil, essa temática tem sido amplamente debatida e regulamentada, sendo fundamental compreender sua trajetória histórica para melhor compreender os desafios atuais e perspectivas futuras. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a História da Educação Especial no Brasil. A escolha desse tema se justifica pela necessidade de compreender a evolução das políticas e práticas educacionais voltadas para pessoas com deficiência ao longo dos anos, bem como suas influências sociais, políticas e culturais. Além disso, a realização desta pesquisa se baseia na importância de se conhecer a história da Educação Especial no Brasil como forma de valorizar as lutas e conquistas das pessoas com deficiência e de seus familiares em busca de uma educação inclusiva e de qualidade. Através da revisão de literatura, será possível analisar os principais marcos históricos, leis e políticas que contribuíram para a construção e consolidação da Educação Especial no país. Outro fator relevante é a escassez de estudos que abordem de forma abrangente a história da Educação Especial no Brasil. Muitas vezes, o tema é abordado de forma fragmentada e superficial, o que pode comprometer uma compreensão mais ampla e crítica desse campo de conhecimento. Portanto, este trabalho busca preencher essa lacuna na produção acadêmica, contribuindo para o aprofundamento do debate e para o avanço das reflexões sobre a Educação Especial no país. Por fim, cabe destacar que a relevância deste estudo vai além do âmbito acadêmico, pois a partir do conhecimento da história da Educação Especial, é possível pensar em estratégias e políticas mais efetivas para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Sendo assim, este TCC busca contribuir para a formação de profissionais críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para as pessoas com deficiência.

289

METODOLOGIA

O método realizado foi a Revisão de Literatura, com base nas seguintes informações:

Base de Dados	String	Período	Tipo de Documentos	Indexadores	Qtde Estudos

Google Scholar 1	inclusão AND história AND educação especial AND escola	2004-2024	ARTIGOS	TÍTULO, RESUMO, PALAVRAS-CHAVE	7
------------------	--	-----------	---------	--------------------------------	---

#	Autor, ano	Resumo:
1	(miranda, 2008)	Focalizando as relações entre os deficientes e a educação brasileira, este artigo tem como objetivo resgatar o histórico da Educação Especial no Brasil, desde a implementação de políticas educacionais de caráter assistencial/filantrópico até o momento atual da inclusão. Evidenciamos que a implementação das políticas pertinentes a Educação Especial encontra-se articulada aos ideários, concepções e necessidades históricas específicas da sociedade em determinado período. As iniciativas nacionais de implementação das políticas para a Educação Especial até a década de 1980 delinearão-se em um cenário marcado pela desarticulação de medidas, o que dificultou a escolarização dos deficientes. Em meados da década de 1990, no Brasil, começam as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar denominado inclusão escolar. A efetivação desse novo paradigma tem gerado muitas controvérsias e discussões.
2	(neto et al., 2018)	O presente trabalho trata da inserção de alunos com deficiência nas escolas de ensino regular. Assim, realizamos um resgate histórico das pessoas com deficiência e destacamos quatro fases: “fase da exclusão”, “fase da segregação”, “fase da integração”, e “fase da inclusão total”. O objetivo desta pesquisa consiste em compreender o processo histórico da educação especial e da educação inclusiva para entender o movimento atual da inclusão escolar. A metodologia deste estudo ancora-se numa pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva, e foi desenvolvida a partir da primeira seção da dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Tiradentes, intitulada: “Educação Física e Capoeira como agentes de inclusão para alunos cegos: um estudo de caso”. Tivemos, como base teórica, Carvalho (2007), Cunha (2015), Mantoan (2003), Stainback e Stainback (1999), Lima (2006), Sassaki (1998), Glat, Pletsch e Fontes (2007), Rodrigues (2006), entre outros. Apontaremos que a inclusão escolar plena não é uma tarefa fácil, pois é necessária uma estruturação progressiva e uma

		<p>mudança significativa no sistema educacional e na concepção de inclusão por parte da sociedade em geral e, principalmente, dos profissionais escolares.</p>
3	(miranda, 2004)	<p>O objetivo deste texto é fazer um rastreamento histórico da Educação Especial, procurando resgatar os diferentes momentos vivenciados, objetivando compreender os fatos que influenciaram na prática do cotidiano escolar as conquistas alcançadas pelas pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. Desde a Antiguidade, com a eliminação física ou o abandono, passando pela prática caritativa da Idade Média, o que era uma forma de exclusão, ou na Idade Moderna, em que o Humanismo, ao exaltar o valor do homem, tinha uma visão patológica da pessoa que apresentava deficiência, o que trazia como consequência sua separação e menosprezo da sociedade, podemos constatar que a maneira pela qual as diversas formações sociais lidaram com a pessoa que apresentava deficiência reflete a estrutura econômica, social e política do momento. Durante a maior parte da História da Humanidade, o deficiente foi vítima de segregação, pois a ênfase era na sua incapacidade, na anormalidade. Na década de 70 surgiu o movimento da Integração, com o conceito de normalização, expressando que ao deficiente devem ser dadas condições as mais semelhantes às oferecidas na sociedade em que ele vive. Em meados da década de 90, no Brasil, começaram as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar denominado Inclusão Escolar. Esse novo paradigma surge como uma reação contrária ao princípio de integração, e sua efetivação prática tem gerado muitas controvérsias e discussões.</p>
4	(dos santos, 2002)	<p>Este artigo faz parte das reflexões contidas na dissertação de mestrado da autora, que foi defendida em agosto de 2002, intitulada Representações sociais dos estudantes de Pedagogia sobre “alunos com deficiência”. O texto propõe uma reflexão sobre as atitudes sociais, apresentadas historicamente, no tratamento dado às pessoas com deficiência, desde a antiguidade clássica até o contexto contemporâneo de implementação de políticas educacionais voltadas para inclusão de “alunos com deficiência”. Considera-se que a Educação Inclusiva esbarra na problemática da “dialética da exclusão/inclusão”, porque sua efetivação implica mudanças estruturais na sociedade e nos sistemas educacionais. Dentre essas mudanças, destaca-se a formação inicial docente, abordada na segunda parte do texto, através</p>

		do confronto entre: políticas de inclusão de “alunos com deficiência” no Brasil X formação inicial de educadores no curso de Pedagogia. Optou-se por abordar o curso de Pedagogia porque é o único curso de nível superior com experiência paralela na formação inicial de educadores para os ramos de ensino regular e especial. Com a proposta de Educação Inclusiva, há uma tendência desses dois ramos de ensino se unirem para instaurar uma “escola para todos”, “inclusiva” e “aberta à diversidade”, conforme determina o MEC.
5	(mantoan, 2002)	Este artigo trata das fases pelas quais a educação especial brasileira está evoluindo, partindo-se da exclusão dos alunos com deficiência em instituições especializadas de cunho eminentemente terapêutico até chegarmos aos dias de hoje, em que esta modalidade educacional está se chocando com as propostas de uma escola para todos, única, aberta às diferenças e, em consequência, inclusiva. O caminho percorrido é focado do ponto de vista dos documentos legais, dos planos e políticas educacionais. Finalizamos destacando a formação dos professores e apresentamos alguns indicadores pelos quais estamos avaliando os benefícios da inclusão, nas escolas brasileiras, por meio de investigações dos pesquisadores do LEPED/Unicamp- São Paulo/Brasil.
6	(rogalski, 2010)	No presente estudo procurou-se, através de levantamento bibliográfico, leitura e análise de várias obras de diferentes autores, apresentar aspectos relevantes sobre o tema abordado. Tendo como questão preliminar estabelecer o conceito da história da Educação Especial Inclusiva, também traz presente a Educação Especial no século xx e Educação Inclusiva com uma visão histórica. Considera-se de grande relevância a oportunidade de realizar este trabalho que poderá trazer contribuição significativa à atividade político-pedagógica do professor(a). Os educadores precisam estar conscientes da diversidade que vão enfrentar na sala de aula, por isso devem estar preparados para trabalhar com as diferenças. A inclusão verdadeira é um desafio que deve ser enfrentado pelos governantes, pelos órgãos encarregados das normas educacionais, pelas direções das escolas, pela equipe escolar e principalmente pelos professores, pais e comunidade em geral. A educação inclusiva deve pautar-se por princípios éticos, formação profissional de qualidade, competência e eficiência dos professores.

7 (carneiro, 2016)	Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a inclusão escolar no sistema educacional brasileiro, identificando alguns paradoxos inerentes a nossa realidade, uma vez que a educação inclusiva pressupõe alterações significativas em toda a estrutura vigente. Uma concepção inclusiva de educação implica mudanças substanciais na estrutura macro e micro que envolve a escola, desde políticas passando por gestão, culminando em mudanças atitudinais de respeito e valorização das diferenças como elemento fundamental da constituição humana é imprescindível para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. O artigo discute ainda alguns tópicos como políticas públicas, formação de professores e organização do espaço escolar como elementos-chave da mudança de paradigma necessária para a efetivação de uma educação para todos.
--------------------	--

Contextualizando a História

Desde as primeiras civilizações, as pessoas com deficiências eram isoladas, maltratadas e até mortas por serem diferentes. Na época medieval, o modo como eram tratadas dependia das crenças da sociedade em que viviam, o que também era uma forma de excluí-las. (MIRANDA, 2008).

293

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estabelece a integração escolar como preceito constitucional, preconizando o atendimento aos indivíduos que apresentam deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Podemos dizer que ficou assegurado pela Constituição Brasileira (1988) o direito de todos à educação, garantindo-se, assim, o atendimento educacional de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. (MIRANDA, 2008).

A Constituição Federal de 1988 representou um marco na garantia do direito à educação para todos os cidadãos brasileiros, incluindo aqueles com deficiência. O artigo 208 da Carta Magna estabelece que a oferta de ensino deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo a inclusão escolar como um princípio fundamental. Esse dispositivo legal reforça a necessidade de um sistema educacional acessível e equitativo, que acolha e atenda às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Com isso, a Constituição não apenas regulamenta a educação como um direito inalienável, mas também determina que o Estado deve garantir condições para que pessoas com necessidades educacionais especiais tenham acesso a

um ensino de qualidade, sem discriminação. Essa diretriz implica na implementação de políticas públicas que promovam a adaptação do ambiente escolar, a formação adequada de professores e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de todos. Dessa forma, a legislação brasileira avança na construção de um sistema educacional mais inclusivo, reafirmando que a educação é um direito fundamental e inegociável. A efetivação desse princípio, no entanto, exige o compromisso da sociedade e das instituições de ensino para que a inclusão não seja apenas um ideal jurídico, mas uma realidade concreta no cotidiano das escolas.

Cultura e Sociedade

Infelizmente, muitas escolas não estão oferecendo uma boa educação e são excluídas mais do que incluídas. Muitas delas não têm uma boa estrutura e métodos de ensino para ajudar todas as crianças, além de discriminar aqueles que são marginalizados. Precisamos mudar isso, mas isso depende de todos nós, da sociedade e principalmente dos professores, para que os alunos sejam bem recebidos na sala de aula. (Nascimento 2014).

Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva (EI), desenvolver políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo activo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e, dessa forma, atingir a qualidade académica e sociocultural sem discriminação. (RODRIGUES, 2006, p. 2).

294

O conceito de inclusão, no contexto educacional, implica, antes de tudo, a exclusão da exclusão em qualquer nível – seja ela presencial, pedagógica ou académica. Isso significa garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham direito a um ambiente de aprendizagem que respeite suas singularidades e a escola de forma digna e equitativa. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende do envolvimento de toda a sociedade, especialmente dos educadores, que desempenham um papel fundamental na promoção de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade e garantem o direito à educação para todos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou uma análise aprofundada da produção científica brasileira sobre a História da Educação Especial no Brasil, permitindo identificar as representações sociais acerca da deficiência e suas influências na construção desse campo educacional. Por meio da revisão de sete artigos científicos publicados entre 2004 e 2024 no Google Acadêmico, foi possível mapear os principais marcos históricos da educação especial,

desde a antiguidade até os dias atuais, bem como compreender as transformações nas concepções e abordagens sobre a deficiência ao longo do tempo. Os resultados evidenciam não apenas o crescimento quantitativo das pesquisas dedicadas ao tema, mas também uma evolução qualitativa nas discussões acadêmicas, refletindo o amadurecimento do campo e o fortalecimento de uma perspectiva mais inclusiva. Nesse sentido, a educação especial no Brasil tem se consolidado como um eixo fundamental para a promoção da equidade, sendo continuamente impactada por mudanças sociais, políticas e epistemológicas. Além disso, a análise revelou que a educação inclusiva se destaca como um tema central, apontando a necessidade de abordagens pedagógicas mais sensíveis e eficazes para atender às demandas educacionais das pessoas com deficiência. Ao oferecer uma síntese fundamentada sobre a evolução histórica desse campo, esta pesquisa não apenas contribui para preencher lacunas na literatura acadêmica, mas também fornece subsídios para a formulação de políticas públicas e práticas educacionais mais alinhadas com os princípios da inclusão e da equidade. Por fim, espera-se que este estudo sirva como referência para futuras investigações, ampliando as reflexões sobre os desafios e avanços na educação especial no Brasil. Que os conhecimentos aqui sistematizados inspirem o desenvolvimento de estratégias pedagógicas e institucionais que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e o pleno desenvolvimento dos indivíduos com deficiência no contexto educacional, contribuindo, assim, para uma sociedade mais justa e inclusiva.

295

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República
- MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **Educação Especial no Brasil: Desenvolvimento Histórico**. Cadernos de História da Educação – n. 7 –jan./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/1564>. Acesso: fev 2025.
- NASCIMENTO. L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014
- RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.